

A POLÍTICA DE TEMPOS Elementos para uma abordagem sociológica

Emília Rodrigues Araújo

Introdução

Emile Zola escrevia, nos finais do século XIX, um dos livros politicamente mais fortes da literatura naturalista. Em *O Germinal*, Zola propõe uma leitura, ao detalhe, do modo de vida operário na indústria das minas. Entre muitas outras temáticas de interesse, o autor expõe, ao longo da narrativa, e com intensidade, as subjectividades dos protagonistas, em particular, a maneira como experienciam o poder. A diferença nos usos e percepções do tempo entre a classe operária e a classe proprietária é um dos tópicos mais relevantes na história. Essa diferença observa-se na duração e no controlo do tempo de trabalho e, em particular, em relação à localização, duração e conteúdos do tempo livre. Por vezes, a atenção do(a) leitor(a) aos conteúdos mais dramáticos e/ou trágicos da narrativa, fá-lo(a) perder a riqueza heurística do tempo “não ocupado”. Mas, este constitui uma verdadeira narrativa de sentido socio antropológico. Primeiro, acerca da experiência subjectiva dos sujeitos e da sua relação com todo um sistema de organização social especialmente montado para responder à lógica da industrialização. Segundo, sobre a experiência da condição objetiva de desapossamento do tempo por parte dos operários, face à estrutura social dominante que se impõe no *habitus*. Desde logo, a importância de que se reveste a antecipação da linha de fronteira entre tempo ocupado e tempo livre aumenta à medida que passamos da classe proprietária (Weblen (1974) chamar-lhe-ia “ociosa”) para os trabalhadores da mina.

O quadro temporal descrito por Zola reflete-se na análise de Thompson (1967) em *Time, work-discipline and industrial capitalism*, cuja crítica recai sobre as transformações socio-organizacionais da industrialização e decorrentes da

passagem de uma orientação temporal centrada na tarefa, para outra centrada no tempo do relógio, isto é, na quantidade de tempo atribuída à execução de cada tarefa. Um dos principais marcos teóricos do socialismo (original, tal como proposto por Marx, ou revisionista, na versão de Bernstein) constitui-se pela explanação do papel central do tempo na acumulação capitalista, acompanhada da crença sobre a sua superação através da eliminação das diferenças sociais no que respeita ao preço e ao controlo do tempo, aqui entendido num sentido amplo, não abrangendo apenas as relações de produção, mas as condições objectivas de vida e os percursos biográficos. Se entendermos a história na sua definição ampla, podemos concluir que num período curto - que corresponde ao período entre o fim da idade média e a revolução industrial e que coincidiu com o desenvolvimento do comércio e da indústria (Le Goff, 1995), e no quadro das revoluções liberais, assim como do culto do individualismo, o tempo traduzido não apenas pelo desenvolvimento do relógio, mas também pela enorme crença no progresso- o tempo acaba se constituindo como objeto central da racionalização: produzir cada vez mais em cada vez menos tempo.

Na prática, é sobre a influência das ideias socialistas que desenvolve na Europa a construção de modos de concertação social cujos programas evidenciam a preocupação com a democratização do tempo, isto é, com a necessidade de devolver o tempo ao cidadão. A regulação e a redução progressiva do horário de trabalho, incluindo as horas extraordinárias e ao fim de semana, a definição dos direitos de férias e a própria definição das modalidades de contratação e de despedimento constituem assuntos nucleares àquela discussão. Todavia, é perfeitamente óbvio que esta luta pelo tempo, na qual se destacam os sindicatos e outras organizações de trabalhadores ao longo do século XX não tem correspondência directa no reforço da autonomia individual para usar o tempo. Mas, tanto em regimes democráticos como não democráticos o tempo produtivo e económico constituem o ponto decisivo para a subordinação do tempo individual e do tempo livre ao tempo de trabalho, isto é, para a persistência do esmagamento do tempo individual e subjetivo.

Os sujeitos estão cada vez confrontados com o peso das organizações e das instituições, sendo socializados com a necessidade de saber *usar bem* o tempo. Socialização esta que se dá através de formas objectivas (regulação mecânica do tempo, através do relógio e de todo um esquema legal alicerçado a base dos princípios de recompensa e de penalização pelo modo “certo” ou “incorrecto” de uso do tempo) e sob formas subjectivas e implícitas, através das quais a disciplina penetra o corpo e a alma dos sujeitos, instalando-se, não mais como imposição externa de um sistema, mas como algo natural, no *habitus*.

O modelo de organização social “taylorista – fordista” sustenta-se sobre

esta lógica de cronometragem do tempo marcada pelo princípio da divisão clara entre tempo ocupado e tempo livre. A medida que este modelo perde a sua relevância no contexto europeu, face à emergência da “economia baseada no conhecimento”, as relações de trabalho tornam-se mais individualizadas, dispensando o controlo objectivado (horários, registos electrónico de entrada e saída, entre muitos outros) do tempo de trabalho, em favor de uma cada vez mais elevada diluição de fronteiras entre espaços-tempo privados e espaços-tempo públicos. Ainda que por vias distintas, conforme as ideologias, o resultado é o mesmo: o indivíduo é um trabalhador *inato*, que serve à *naturalização* da necessidade de entrega do seu tempo a uma organização, instituição ou “sistema”. O domínio das relações de trabalho é, sem dúvida, central para a leitura dos fenómenos de controle do tempo por parte dos sistemas sobre os indivíduos, desde logo porque o trabalho, segundo esta ótica, define o percurso integral de vida dos sujeitos sociais. Mas há outros domínios e organizações que se afiguram igualmente importantes pela forma como produzem tempo, assim como regulações temporais específicas para certas atividades, ações e comportamentos situados nas esferas pessoal, familiar e relacional: hospitais, escolas, tribunais, família são alguns exemplos da diversidade organizacional e temporal que mais ou menos implicitamente regula o tempo individual. Mas há outros menos objectivos, como os ritmos biológicos e fisiológicos, as normas culturais que formulam expectativas e papel social, conforme a idade, entre muito outros.

Com efeito, o aumento da complexidade sistémica que caracteriza as sociedades modernas na Europa é concomitante com o desenrolar da construção do Estado Social cuja justificação reside, muito em particular, na manutenção de um ritmo temporal adequado à vida das populações (maioritariamente pela regulação do trabalho) e na gestão das temporalidades individuais (designadamente pela introdução dos sistemas de segurança social e sua regulação). De modo mais sintético, neste período a interrogação da articulação entre Estado e sociedade e entre Estado e indivíduo faz-se através da interpelação do papel do Estado na regulação do tempo: do tempo diário, definível em sentido métrico; do tempo de vida, definível através das idades de entrada, permanência e saída do sistema, e do tempo histórico que, na origem, definiria o primeiro horizonte da prática política. Todavia, a centralidade do tempo como objecto político nem sempre é claramente expressa.

Os discursos e a praxis política estão muito embrenhados no uso de categorias mais materiais e concretas que, afinal, encobrem o tempo (só em para alguns exemplos muito escassos numa realidade extremamente rica na definição do tempo e manifesto através da designação das próprias políticas públicas a partir do plano, projecto, programa, idade da reforma, envelhecimento, idade

do primeiro filho...)). O certo é que, tal como se enuncia por estes exemplos, o tempo tem toda a centralidade na experiência da vida humana e social. E, nessa linha, podemos conceptualizar o espaço público e político como um espaço de realização, debate e eventual superação de formas de regulação do tempo que se manifestam a três níveis principais: regulação cultural e consuetudinária, regulação formal realizada pela lei e regulação disciplinar efectuada de modo implícito através da operação conjunta da regulação legal-racional e da regulação cultural definidora de um quadro de orientações inscrito no programa de acção política.

Hoje questionam-se muitos dos pressupostos que orientaram a construção dos tempos e das temporalidades sociais e que em muito resultaram da forma como se perspectivou a política e economia. As democracias são (ou devem ser) intensamente participativas e, no seio da sua convivência com regimes económicos cada vez mais liberais e complexos em que o tempo é um elemento motor central, torna-se relevante considerar a abertura deliberativa ao debate sobre as normas temporais, sobre os ritmos sociais e sobre a sua sustentabilidade futura, no sentido da construção de outras e novas ecologias temporais. Com efeito, para podermos falar numa política de tempos, é necessário que o “problema do tempo”, materializado em conflitos e dificuldades dos indivíduos, das famílias e das organizações, seja entendido pelos diversos actores, desde os governos às entidades locais, na sua globalidade como um elemento simultaneamente individual e público, nacional e supranacional.

O presente texto tem como finalidade debater a expressão “política de tempos”, nela considerando as principais questões emergentes da evolução e da transformação histórica do presente. Apresentamos algumas das conclusões provenientes de estudos que conduzimos em Portugal. Usamos, principalmente, material de entrevistas biográficas de um projecto de investigação cujo objectivo consiste em analisar as relações entre tempo, tecnologia e relações sociais de sexo no espaço doméstico. O artigo divide-se em dois pontos fundamentais. Primeiro, abordamos o sentido geral da política de tempos, descrevendo as principais acções desenvolvidas nesse sentido. Num segundo momento, concentramo-nos na apresentação de algumas temáticas emergentes na investigação sociológica convocando o conceito de tempo.

1. A política de tempos

A centralidade do tempo nas relações sociais e na construção dos sentidos de direcção das sociedades constitui um foco de problematização em vários autores (Elias, 1997; Marx, 1971; Durkheim, 1912; Bloch, 1977; Bergman, 1992; Luhmann, 1982; Dubar, 2000; 2004; 2010; Lallement e Ramos, 2010; Lee, 2010).

Numa linha de análise crítica, Simmel apresentou no início do século vinte uma configuração espaço-temporal dos estilos de vida típica do capitalismo. Segundo o autor (1978), distinguem-se, no seio deste sistema, dois estilos de vida primordiais. Um regulado pela simetria-normalização - centrado sobre ritmos iguais, imposto pela cadência à monotonia da organização disciplinar e industrialização e outro pela simetria-espontaneidade, marcado pela autonomia do sujeito para gerir esse efeito normalizador, através da convergência do olhar sobre formas expressivas centradas na busca da realização do mundo subjectivo. Não obstante o tempo e o espaço ocuparem um lugar de relevo na desconstrução dos fenómenos sociopolíticos, é certo que ambos (e, em particular, o tempo) foram acomodados a um estatuto a tocar o acessório na teoria social. Poucos foram os autores que reservaram um lugar específico, embora, por vezes, também de forma implícita, para a discussão do tempo e das temporalidades sociais, dissociando-os de outros conceitos como mudança, progresso e irreversibilidade. Além de Durkheim (1912), Mauss (1995) Hubert e Mauss (1929), Marx (1971) e Weber (1948/1997), acrescentem-se Simmel (1978), Gurvitch (1989/1964), Elias (1997), Bourdieu (1963;1984;2008), Luhmann (1982), Giddens (1984), Urry (1996) e Nowotny (1992;1996). Destaque-se ainda mais recentemente, os investigadores na área das organizações e do trabalho (Thoemmes, 2009; Roux, 2009; Barthe, 2009, entre outros).

No âmbito da Sociologia, as análises que destacam o tempo e a temporalidade estão sustentadas sobre pressupostos diferenciados acerca da "natureza" do social e do político, assim como acerca do lugar do Humano na Terra e no Universo. Não obstante esta multiplicidade, os estudos sociais tendem a seguir uma linha bastante crítica que parte do pressuposto de que o tempo, para além de estar relacionado com a constituição de um determinado ritmo condicionador dos comportamentos é objecto e recurso de poder. Uma diferença digna de nota prende-se com uma questão de ordem mais epistemológica: enquanto uns tendem a focalizar-se na observação de realidades social e temporalmente circunscritas, outros tendem a orientar-se para o estudo das temporalidades megassociais, embebidas nas relações entre os tempos sociais e os tempos da Natureza e do Universo. A respeito desta última orientação, podemos citar as desconstruções sobre as rupturas nas temporalidades sociais, articuladas com o desenvolvimento tecnológico e a progressiva intensificação do valor do tempo mecânico (Martins, 1998), assim como as dificuldades na construção de uma "ecologia temporal" que se pretende sustentável e harmónica (Adam, 1990, entre outros). Deste modo, o tempo assume-se como um objecto político porque, na sua realização, gestão e acesso, estão relações estratégicas de negociação, podendo envolver atores individuais ou colectivos, os seus interesses

e as suas modalidades de intervenção e exercício de poder. São igualmente vastos os campos de ação dispostos à negociação temporal, desde logo porque todas as acções são permeadas de tempo e situam-se no tempo. Mas destaque-se o fato de obrigatoriamente implicar a passagem para a esfera do debate público fenómenos que tradicionalmente residem no espaço privado e são pensados a partir desta perspectiva (por exemplo, as desigualdades nos usos do tempo entre homens e mulheres no espaço doméstico e a persistência da dominação sobre o tempo das mulheres). Aliás, se o debate for colocado em termos de discussão do bem comum, da qualidade de vida e da “boa vida”, compreende-se como todos os elementos relacionados com o tempo sejam tão relevantes para a política, definida, justamente, em sentido amplo, como actividade de discussão da “coisa pública”. Equivale tudo isto a dizer que o tempo não é um objecto regulável de forma individual e “privada”, é um objecto público *ex-ante* e *ex-post*, isto é, quer enquanto elemento da natureza e definidor da evolução do universo, quer enquanto elemento social, sujeito a controlo, a administração, resultante de modelos de organização socio-económica da vida quotidiana.

A evolução da teoria social evidencia alterações na realidade do espaço-tempo, compreensíveis à luz da evolução dos fenómenos históricos e políticos. Nas sociedades ocidentais, podemos afirmar que a política de tempo inicia-se pela observação da centralidade do futuro na acção humana e histórica. Refiremos, a este propósito, Simmel, tal como citado por Ferreira (2000, p.114):

A temporalidade que funda a possibilidade do *ser* humano está intimamente relacionada à sua “futuridade”, ao seu ser-não-mais, à sua morte. Qualquer perspectiva de entender a condição da vida, da “subjetividade” na modernidade terá de contemplar este descentramento inicial e a dimensão temporal que lhe é fundamental. Ou seja, trata-se não apenas da ideia de contingência, mas de um sentido de presença que implica um dispor-se para o futuro.

Hoje a “disposição para o futuro” está bastante condicionada pela presença do *realismo* na observação e experiência da vida quotidiana. Assistimos a um aumento crescente da pressão dos sistemas sobre as temporalidades individuais: através da promessa de criação de tempo (como os programas de rejuvenescimento, de previsão e de antecipação), ou através da legitimação de novos estádios de espera (como o desemprego ou o envelhecimento activo).

Segundo alguns autores, a cada segundo, algo de novo acontece no nosso mundo real, solicitando-nos a presença e a disponibilidade. Uma urgência que suga ao sujeito social a habilidade para, enquanto humano, se situar no tempo

necessário para a produção do conhecimento sobre o real que se anuncia sem espera (Hassan, 2009; Rosa e Scheuerman, 2009). O que resta do sujeito social confronta-se hoje com a necessidade de pensar no sentido quotidiano da urgência instalada na alma e no corpo, como programa de acção, numa série produtiva, hiper-tecnocrata e hiper-vigiada. Poderíamos a este respeito considerar uma situação excepcional para os que não têm o tempo ocupado, principalmente a categoria dos desempregados ou dos idosos. Mas, mesmo nestes, é a ausência do tempo ocupado que causa o sentimento de inaptidão social e de verdadeira integração na aceleração institucionalizada, pois da ocupação do tempo (trabalho) decorrem as possibilidades de reprodução social através do tempo livre e do consumo.

A política do tempo convoca esse mundo real dos paradoxos. O real onde e de onde se realiza o tempo como fonte e como recurso de poder, sujeitando-se a um estatuto de objecto da acção política, incluindo a sua administração como bem quantificável e armazenável no plano da acção imediata e no plano biográfico. Os domínios das relações de trabalho e dos debates acerca dos paradigmas de regulação económica vincam a peleja intestina do (pelo) tempo diário e o ontológico, evidenciando como a presença do tempo é penetrante na experiência social.

Jameson é expressivo na forma como aborda o que designa ser o “fim da temporalidade” (Usanos, 2010). O autor argumenta que a segunda metade do século passado foi pobre quanto à produção cultural, filosófica e sociológica sobre o tempo. Tal como argumenta Usanos (2010), para Jameson, os autores modernos (Giddens, 1984; Harvey, 1989; Massey, 2005), mais preocupados com a questão do tempo nas diversas formas de expressão artística e científica, terão atingido a máxima canonização no que respeita à teorização do tempo, deixando ao espaço a possibilidade de se catapultar para a cena do debate central da pós-modernidade. Por isso, o tempo acabou por ser relegado para um estatuto dependente, assumindo o papel de fuel de ligação da acção no espaço (May e Thrift, 2001; Castree, 2009).

No entender de Loon (2000, p.350), é crucial a uma política de tempos considerar que a antecipação social dos acontecimentos requer, além de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, um questionamento sobre as forças e grupos que estão realmente actuando sobre o ecossistema social. A sociedade moderna alicerçou-se na convicção de que o tempo pode ser controlado pelos seres humanos (Weber, 1948/1997). Mas, a verdadeira existência de uma “política do tempo” significa, designadamente, a promoção e a legitimação da discussão democrática e justa sobre as regras, explícitas e implícitas, de administração do tempo porque este é uma fonte e um recurso de poder (Schwartz, 1979) e pode ser objecto de manipulações práticas e discursivas, conscientes e inconscientes, de

vária índole, dependendo dos interesses dos atores detentores do poder político e, por vezes, do poder científico. Parte dessas regras diz respeito à organização do presente e outra parte refere-se às formas de relacionamento com os horizontes temporais, em particular o futuro.

A arte explora, de forma crítica, a temporalidade muito circunscrita a um modelo linear, padronizável e ritmicamente funcional. Mas, especialmente denunciativa é a forma como a Ciência se presta a ser também predadora do futuro, prometendo, à custa de um certo preço, reduzir a incerteza dos percursos biológicos (veja-se o exemplo da armazenagem das células estaminais e a forma como se projecta o produto-serviço sobre a incerteza do futuro).

Tal como diria Durkheim, o ritmo é bem expressivo da função anímica do tempo – calendário e do tempo relógio – “o calendário exprime o ritmo da actividade colectiva e tem como principal função assegurar a regularidade” (Durkheim, 1994, p.15), pois “o tempo não está organizado por si mesmo, mas em função do tempo de todos os homens de uma mesma civilização” (Durkheim, 1994, p.14). A análise crítica do ritmo moderno-industrial incide sobre a monotonia dos estilos de vida e a simetria imposta pela sociedade de consumo, marcada pela necessidade de os sistemas fornecerem respostas internamente correspondentes e recíprocas. A fábrica, a prisão e a escola, instituições compósitas do arquipélago carceral, *territorializaram* o tempo e *biologizaram* os ritmos e as aspirações perfeitamente moldadas pela ética disciplinar incisiva sobre as disposições internas. Por isso, lei e culpa se ladearam pelo zelo da ordem social instituída sobre os corpos e celebrada pelo ritual da pontualidade e do enquadramento monocrono das coisas e das acções em durações precisas e esperadas. O mesmo sistema operatório se estendeu ao plano macro onde a política do tempo é o resultado do resíduo da racionalidade imposta sobre os diversos subsistemas. No fundo, ela incide sobre o cumprimento do intervalo, sobre a objectiva possibilidade de determinar e legitimar a espera, conforme forem o poder e a autoridade do sistema – organização (Marx, 1867/1967; Thompson, 1967).

Podemos afirmar, na linha de Foucault (1989), que a modernidade representa o tempo de investimento técnico e científico na docilização do sujeito, o qual entrega ao sistema o tempo de vida, pois, tal como afirma Pinto, “A nossa sociedade é que nos diz quando devemos votar, quando podemos entrar para a escola, mas também quando nos devemos casar, quando devemos acabar o curso. E diz-nos ainda o tempo que podemos ou devemos gastar nestes actos sociais e pessoais” (Pinto, 2001, p.33). Entre esses agentes de socialização, a família é quem, numa fase inicial, mais contribui para a interiorização das representações dominantes, pois é no seio da família que o sujeito se desenvolve como pessoa e

é dela que recebe as primeiras referências sobre os modos de orientação no tempo.

No plano da vida social, a política de tempos integra o domínio do trabalho. Com efeito, assumindo uma centralidade quase bestial na vida social, o trabalho pode ser conceptualizado como um sistema em que várias relações ocorrem, formando redes de dependência diversa entre os atores individuais.

O mundo real dos indivíduos nas sociedades ocidentais é marcado por uma profunda mudança nos esquemas de ordenação temporal que conferiam às instituições (governos e estados incluídos) o direito e o poder de gerar e gerir expectativas, através do assento de uma ação política suportada pela assunção do princípio do progresso, acumulação e estabilidade. Hoje, tanto a legislação, como as políticas económicas e financeiras estão marcadas no plano nacional, local e organizacional, por uma força demolidora sobre a estabilidade e a linearidade acumulativa. Acoplados a um discurso altamente favorável à mobilidade e à deslocação no espaço, os sistemas empenham-se em socializar os indivíduos para a inconstância e a incerteza, propondo-lhes, através da evidência, enunciada pelos cortes sucessivos nos salários e outros “direitos” que fizeram a história do Estado Social, o confronto inevitável com a reversibilidade temporal do(n) social, às vezes tão violentamente percorrida por uma certa ideologia culpabilizadora marcada pelo regresso à origem: à terra, ao não consumo, ao nada.

Trata-se de uma temporalidade precária que esculpe o mundo da vida, trazendo-lhe variações diversas não consentâneas com os ritmos com os quais grande parte desta sociedade se socializou. Os teóricos da sociologia do trabalho vêm propondo, ao longo dos últimos anos, a existência de choques múltiplos entre temporalidades. O desemprego, o emprego atípico ou a tempo parcial e, sobretudo, o emprego baseado em uso de tecnologias de informação e de comunicação, assente em métodos de avaliação que dispensam o controle do tempo físico e mesmo da estadia presencial num espaço, moldam novos ritmos de vida perfeitamente legitimados à luz de paradigmas políticos e económicos que privilegiam a ausência de intervalo, empenhados na extracção de mais-valias sobre as zonas temporais que constituiriam incertezas e fontes de poder estratégico por parte dos atores individuais. Múltiplos exemplos destes processos implícitos, que sugam o tutano da individualidade e da posse do tempo, espalham-se pela rede de mudanças que, insidiosamente, compõem a paisagem social por onde passa o quotidiano.

Um dos exemplos demarca-se bem pelo surgimento do *consumidor-tarefa*, demonstrado pelo modo como os hipermercados e outras lojas de serviços e produtos utilizam o tempo do consumidor. De fato, sem reduzir o tempo de

espera, nem o preço dos bens, obrigam o consumidor a executar a tarefa de pagamento, realizando todo o processo de compra que inclui saber operar e interagir com máquinas. Mas, muitos outros atos, em que a transação econômica é visivelmente prevalecente, poderiam ser enumerados. A estes, juntar-se-iam tantos outros em que a legitimação e a operância da ação individual são brutalmente estruturantes, como, de resto, podem ser interpretados muitos dos fenômenos de desinstitucionalização temporal que carregam a relação social de transações de índole mais afectiva e moral: as poupanças privadas por contraposto aos sistemas de segurança social, o cuidado de doentes mentais e de idosos e crianças sobre a responsabilidade familiar, a super carga sobre a responsabilidade individual e cívica do indivíduo, a reprodução medicamente assistida e a recolha de células estaminais com promessas de redução de riscos futuros, entre outros. O certo é que as mudanças nos sistemas de trabalho, muitas delas embebidas em processos macroestruturais de alcance incalculável e de foro sócio-natural, são as que mais influências têm sobre todos os outros sistemas de que se compõem os mundos sociais e as estruturas da ação diária. Esta, sendo variável e dessincronica, não deixa de ser monótona e poderosamente constituída pela rotina (Lebleu, s/d).

Referimo-nos, assim, ao tempo de trabalho e à sua legitimação social, assim como ao tempo livre e a todos os outros tempos que compõem a experiência social. Tal como poderemos verificar a seguir, noutro ponto, o século XX foi marcado por um debate intenso centrado sobre a necessidade de redução do tempo de trabalho remunerado e aumento do tempo livre, libertando mais disponibilidade para a articulação entre as esferas profissionais e as esferas pessoais e familiares. Todavia, as sucessivas crises econômicas em que têm estado mergulhados os estados, de modo especial Portugal, têm trazido várias formas de gestão do tempo por parte das entidades patronais que procuram reduzir ao máximo o tempo desperdiçado em actividades não remuneradas. A gestão por objectivos, tal como têm proposto alguns autores, favorece a gestão flexível do tempo de trabalho, sugerindo um aumento significativo de incerteza sobre o quotidiano dos indivíduos, ao mesmo tempo em que reduz as zonas legítimas de administração e uso do tempo. Isto é particularmente visível no campo da legislação versando sobre os contratos de trabalho e a definição da idade da reforma.

No âmbito das pesquisas que temos conduzido, envolvendo indivíduos de classes sociais distintas e com situações, perante a profissão, diversificadas, encontramos duas constantes heurísticas dessa rotina da vida e da política: a presença da sensação de cansaço social e a marca evidente de rotina da vida diária. Acresce o valor incalculável depositado sobre as zonas temporais de incerteza, como o fim-de-semana ou as férias, estejam estas, ou não, previamente

determinadas. Os excertos seguintes demonstram estas duas constâncias, fazendo veicular uma grande necessidade de os universos diários serem justificados pela omnipresença da circularidade a que o sistema obriga:

Entrevistadora¹: Conte-me como é a sua vida..

Mulher: Vivo assim, tenho o que é necessário para viver, mas tenho a consciência que a minha vida é sempre assim, percebe? Não muda, tenho consciência que vivo uma rotina, que pronto, é sempre o dia e as horas.. iguais”

Entrevistadora: quer dizer...

Mulher: “sim, gostava..não sei se é possível, sinto-me presa a isto”
(mulher, 8º ano, operária fabril)

Entrevistadora: Disse que não tinha por opção, empregada doméstica, quer falar um bocadinho sobre isso? Por quê?

Mulher: (pensativa) Também não sinto muita necessidade e para mim funciona como um ginásio, ou seja, sei que realmente, vir o dia e ainda trabalhar, ou estar a fazer... quando nós pedimos ter a hipótese, mas realmente é um dinheiro que se poupa e neste momento consigo fazê-lo.

Entrevistadora: (emite um sinal de afirmação face à resposta da mulher e procede para a seguinte questão) Com um dia tão atarefado, não é? Também, como é que se sente no final do dia de semana, o tal dia em que tinha descrito há bocado? (A mulher fica pensativa). Como é que se sente, chegar ao final do dia, tem...?

Mulher: (pensativa) Ou seja, nem dá muito para sentir muita coisa (risos), porque no dia seguinte as coisas voltam a repetir-se, mas o certo é que realmente, dia após dia há esse cansaço e o mais complicado é depois não termos vontade nem disponibilidade, às vezes, para ler um livro, para responder a um mail, até mais pessoal, debruçarmos sobre uma pesquisa, ou isto ou aquilo...lá está, ir ao ginásio, já não se tem tanta vontade, começa-se a augar o cansaço, é mais nesse sentido... (é interrompida)
(Mulher, Licenciatura, Psicóloga)

Entrevistadora: Como passa o seu tempo livre?

Homem – incerto, não tenho nenhum tempo livre, nenhum... é trabalho e casa... dormir e trabalhar... é sempre aquela rotina todos os dias... para a maior parte das pessoas deve ser essa... não há, não há – Não há tempo... – não há tempo... – Pois, pois... – Depois ao Domingo é que pronto...

¹ Os três primeiros excertos referem-se a duas entrevistas conduzidas no âmbito do Projecto “Tempo e Tecnologia no Espaço Doméstico: um Olhar a partir do Género”. As entrevistas envolveram casais com e sem filhos, repartidos por diversos graus de habilitação.

sobra mais um bocadinho, mas também a pessoa aproveita mais um bocadinho a cama, não é... A manhã passa-se, praticamente, na cama. Depois de tarde... tenho a tarde só... acho que é... temos pouco tempo... pronto..." (casal 2, homem, pág.9)
(Homem, 8º ano, operário)

(...) é pensar que vou ficar sempre nesta vidinha medíocre, a sério isto assusta-me e estou a entregar um curriculum e olho para a cara das pessoas e me dizem, "vamos ver os recursos que temos disponíveis e não sei quê,"... fogo! isso deita-te logo abaixo, estás a entregar um curriculum e já estas a ouvir um não, e nem sequer viram o curriculum, tipo ninguém precisa de uma licenciatura para trabalhar numa loja de roupa, muito menos num Shopping! Tenho medo de ficar aqui para sempre! Não vou ficar, sei que não, não quero isso. Mas é o que mais me assusta é isso, não conseguir arranjar nada na minha área(...) este trabalho miserável! Deixar o Shopping para sempre! Vir aqui só de passagem, nem para fazer compras vir aqui. (...). Estou sempre a entregar curriculums, mando pela internet, por correio ou mesmo às instituições(...) No máximo mais meio ano, 1 ano. Ou dois que é o tempo de fazer o mestrado. Mas se arranjar um emprego na minha área vou logo².(...) –
(Mulher, comerciante, licenciatura)

Estes estratos sinalizam um padrão de respostas acerca dos usos quotidianos do tempo: a temporalidade é social e culturalmente construída, pois resulta do entrelaçamento entre vários atores e relacionamentos tipicamente movidos pelo interesse e pelo cálculo. Mas, é preciso entender que é, simultaneamente, uma realidade cultural, um substrato para a ação. Fruto da aceleração instalada na vida diária e alimentada eficazmente pelos média e pelos discursos incisivos sobre a inevitabilidade da experiência social atemporalizada e aespacializada, observa-se que os atores sociais, individualmente considerados, têm cada vez mais dificuldade em deconstruir o seu mundo da vida, nele objectivando o tempo (e o espaço) como fonte corrosiva dos intervalos de espera que pulverizam a possibilidade do sentido da vida. O extrato que apresentamos insere-se num diário de campo que fizemos no andamento da pesquisa sobre mobilidade nas carreiras académicas. Ele evidencia o embate do indivíduo "pós-moderno" com a inevitabilidade da rotina, justamente porque o seu objectivo é manter-se nesse mundo regulado por múltiplas temporalidades, em colisão ou em conflito:

² Estes excertos foram extraídos de uma entrevista conduzida no âmbito de um projeto de investigação sobre trabalhadores comerciais, realizado num centro comercial, envolvendo maioritariamente mulheres, funcionárias de lojas de vestuário.

Depois de ter terminado a entrevista em que procurou mostrar a coerência do seu CV e a importância do seu trabalho no centro de investigação a que pertence, manteve-se com vontade de continuar, parecendo não ter dito o essencial de si e do seu dia-a-dia. Com o olhar de soslaio na mala, olhou para mim de lado com a expressão facial de quem fala para quem já sabe: “tenho a sensação que estou a viver em automático. Não tenho gosto de vestir a camisa de dormir... fico para ali sentada depois do meu filho e do meu marido adormecerem, com a neura de que posso continuar a trabalhar e acabo por não me sentir feliz pelo que faço... não consigo pensar em tudo o que preciso durante o dia... olho para a minha mala porque ela é um caos de coisas, como o carro ou qualquer outra coisa em que eu possa meter o que eventualmente me faz falta, sem saber que o fará. E logo volta sempre tudo ao mesmo... o meu dia... o meu dia... é mesmo sempre o mesmo., mas sempre em contínuo... posso fazer tudo ao mesmo tempo, mas não é isso que eu quero depois, que queria as coisas no sitio, eu queria poder pensar um bocadinho” (Nota de campo, março, 2010).

Revelar a centralidade do tempo, tanto na dimensão quantitativa como subjectiva, é uma tarefa da análise sociológica. Ela propõe, no limite, uma dissecação métrica dos conteúdos que compõem o tempo dos sujeitos. Mas, para além deste diagnóstico, há lugar para uma política de tempos que inclua a ação institucional na resolução dos conflitos de tempo desencadeados pelas mudanças estruturais. Falamos de várias linhas de intervenção que envolvem diversos atores com poder de decisão política e que abrangem os próprios organismos supranacionais de onde emanam diretivas com efeito direto sobre a experiência temporal diária. Tal política dos tempos adquire uma forma manifesta, quando se materializa através de programas governamentais voltados para a resolução de problemas sociais que, tal como vimos, têm, na sua génese, os usos e as representações do tempo e do espaço.

Autores como Harvey (1989) e Massey (1999; 2005) explicitam bem em que consistiram e como se processaram as principais transformações históricas do espaço e do tempo, mormente a partir do desenvolvimento da industrialização. Numa frase central hoje para perceber o sentido das mobilidades físicas, sobretudo de conhecimento, Harvey afirmava que “quanto menos importantes são as barreiras espaciais, maior é a sensibilidade do capital às variações dos lugares dentro de um espaço e maior é o incentivo para os lugares se diferenciarem de forma a atraírem capital” (1989, pp.295-6). Marx (1967), Thompson (1967) e outros juntam-se ao leque de autores especialmente preocupados com as transformações nos modelos de trabalho e a sua especial incisão sobre as temporalidades biográficas e sociais. Em todas elas, ainda que o tempo sobressaísse como eixo máximo de análise, o espaço não foi marginalizado, nem o poderia ter sido.

Aliás, desde finais do século XIX, a maioria da população vive nas grandes cidades, pelo que foi necessário conseguir formas de conciliação colectiva do espaço mas também do tempo. Já ao longo do século XX, e depois de vários movimentos sociais desencadearem a visibilidade do tempo e do espaço, em algumas cidades de países europeus foram postas em prática iniciativas e experiências relacionadas com os usos do tempo. Na cidade italiana de Milão procedeu-se à criação da “Oficina do Tempo da Cidade”, em 1990, que visava elaborar um plano regulador dos horários da cidade de Milão e ter uma visão da complexidade da vida quotidiana das pessoas que vivem, trabalham e usam as cidades. Tal plano implicou a negociação e participação de várias entidades interessadas, tais como: Câmara Municipal, Governo Civil, Câmara do Comércio, Sindicatos, entre outros.

Este plano procurava:

- Harmonizar os horários citadinos de acordo com as exigências dos utilizadores, satisfazendo as necessidades individuais e colectivas;
- criar políticas de dessincronização entre os horários do comércio e os horários de trabalho;
- encorajar um maior equilíbrio entre as responsabilidades familiares e laborais para os trabalhadores do sector terciário;
- promover a sociabilidade permitindo um maior acesso aos recursos e bens colectivos da cidade, aumentando os serviços disponíveis para a infância e terceira idade;
- estabelecer horários escolares flexíveis, actividades extraescolares ou alternativas;
- criar bancos do tempo em vários bairros;

- criar balcões de atendimento que permitam resolver assuntos burocráticos relacionados com a vida urbana;
- modificar e planificar os serviços bancários e outros pontos de negócio.

Resumindo, o plano pretendia a criação de uma Cidade Permanentemente Ativa, onde fosse possível o alargamento de horários dos serviços noturnos, como, por exemplo: teatros e cinemas, assim como a abertura de farmácias durante 24 horas nos bairros da periferia. Adaptar os serviços da cultura como livrarias, bibliotecas e museus aos horários das crianças e idosos e, também, dos transportes, às novas necessidades dos cidadãos. A Itália é um país com grande tradição nas políticas relacionadas com os usos do tempo na cidade. Para além da cidade de Milão, foram tomadas iniciativas similares nas cidades de Gênova, Roma, Catânia, Bolzano e Veneza.

Tal como na Europa, também em Portugal, algumas comunidades procuram concertar soluções na área das políticas da organização do tempo que permitam aos seus cidadãos ter uma melhor qualidade de vida. É o caso das cidades portuguesas Covilhã e Valongo, cujos diagnósticos sobre o modo como os cidadãos organizavam o seu tempo fizeram surgir, para além do conhecimento sobre a realidade da vida das populações, diferentes e inovadoras formas de reduzir ou eliminar problemas de organização do tempo, ao proporem medidas sobre o modo de funcionamento de serviços públicos, redes sociais e instituições culturais. Estas ações, orientadas para uma política de tempos, são em Portugal, para além de escassas, promovidas essencialmente a nível local, dependendo para tal do desenvolvimento do nível associativo e participativo das populações nas decisões locais e na alocação de recursos, assim como na disponibilidade financeira. Ainda que haja grandes exceções e distinções dentro da Europa (atente-se à forma como os países nórdicos intervêm na quantidade de tempo de trabalho possível às mulheres mães, assim como em diversas modalidades de regulação judicial) o debate público claro sobre o tempo e a especificação de medidas especificamente orientadas para a percepção, uso e administração do tempo é ainda muito básico, centrado mais na quantidade dos tempos e na duração da ação do que na sua qualidade e na sua dimensão mais subjectiva.

2. A política de tempo e a ecologia de tempos

Há, pelo menos, quatro temáticas emergentes diretamente relacionadas com a política do tempo que interagem no caminho da crítica aos modelos rígidos de organização, assim como na resistência à aceleração do mundo da vida, fazendo apelo a uma “ação comunicativa” (no sentido habermasiano) que medeie o debate político entre actores individuais e colectivos, incluindo o Estado e as suas instituições: o tempo de trabalho e tempo pessoal; o tempo mediático; o tempo do direito e da ciência e tecnologia; e o tempo-futuro.

Tal como dissemos, a articulação de tempos profissionais e pessoais, assim como as quantidades de tempo efetivamente dispendidas por tipologia de atividade, constituam hoje objetos de análise muito relevantes. O domínio do trabalho e da flexibilidade laboral, juntamente com o fenómeno da individualização dos percursos de via, constitui, também, um foco de análise na sociologia do tempo. As metodologias de índole quantitativa e qualitativa têm sido usadas na análise de fenómenos de dominação, conforme a idade, o género, a actividade profissional e a classe social.

Em termos empíricos, é destacável o fato de as mulheres continuarem a

evidenciar falta de tempo para a realização das atividades no dia-a-dia, assim como para a realização de projetos biográficos. Juntamente com a problemática do gênero, vários estudos têm tomado o tempo como objeto de estudo central na análise dos processos de envelhecimento social e o modo como as sociedades e os indivíduos, residentes em sociedades de consumo, lidam com novas regras temporais, assim como o modo como os sistemas políticos se transformam nos seus modos de atuação face à sustentabilidade de sociedades envelhecidas mas globalizadas e sujeitas a modos cada vez mais sofisticados de mobilização do capitalismo financeiro.

A relação entre o tempo e os mídias faz-se de forma intestinamente visível e desesperadamente implícita. O tempo é vital à circulação da informação, e esta, à sobrevivência e visibilidade dos meios de comunicação social. Por isso, o tempo dos e nos mídias é pautado pela expectativa da simultaneidade, através da qual os dispositivos são mobilizados no sentido de reduzir os compassos de espera. Percorramos alguns dos argumentos mais fortes do pós-modernismo. Tal como propõe Urry (1996, p.395), estes incidem sobre a centralidade da imagem, da presença do mundo virtual no quotidiano. Afirma Harvey (1989, p.240) que: “O horizonte do tempo diminui ao ponto do presente ser tudo o que existe [...] temos então de aprender como enfrentar o esmagador sentimento de *compressão* dos nossos mundos espaciais e temporais”.

Os mídias canalizam a atenção do indivíduo sobre o presente ou, subscrevendo Baudrillard, sobre o real, o real do mundo quotidiano dos sujeitos. E, numa altura em que os horizontes de futuro se deixam cair perante a política realista despida de imaginário, atingem a sua força avassaladora ao proporem, ao mesmo indivíduo (nesse real), que mate o tempo real, através de um conteúdo que, afinal, na sua forma operativa, é uma ilusão desse mesmo real. Entre os mídias, destaque-se a televisão. Esta, cada vez mais aliada a uma presença massiva e controlada noutros meios de divulgação mídias – como revistas, magazines e internet – descarrega sobre os intervalos de tempo “morto” por falta de atividade “técnica” e/ou de trabalho, ou por excesso de rotina e de fadiga, cultiva a fidelidade do consumidor, apostando na aceleração e multiplicação da imagem e da estética da emoção, assim desferindo o golpe final no tempo-duração e narrativa (Urry, 1996, p.396). De um ou de outro modo, à rotina imperante do quotidiano acresce o insidioso poder dos mídias na constituição do mesmo quotidiano desta feita preso no(do) ecrã. Tal como diria Sennett: “a sociedade moderna está revoltada contra a rotina, o tempo burocrático que pode paralisar o trabalho ou o governo ou outras instituições” (Sennett, 2000, p.51).

No estudo que conduzimos sobre tempo e tecnologia no espaço doméstico,

a televisão e o computador surgem à tona como tecnologias centrípetas, que atraem o tempo quotidiano, porque instalam e instam ao funcionamento do desejo e do imaginário. Retomando esta pesquisa, podemos afirmar que os entrevistados, em todas as classes sociais e profissões, estão aptos a, durante a entrevista, reconhecerem o “poder” da televisão na administração dos tempos e dos espaços domésticos e sua disposição corpórea. No fundo, o que se deseja não é a televisão, mas a certeza de que ela povoa o real através de um irreal mais aproximado, provocando a fragmentação e a fluidez de onde decorre a “paragem” do tempo. Este desejo de paragem e de congelação é veiculado pela mulher que entrevistámos, quando afirma que a televisão, sobretudo ao fim do dia ou ao final da semana, lhe propicia a fuga ao real e à paralisação da sequência da urgência do quotidiano rotineiro:

Entrevistadora: Mas gostaria de poder fazer mais, outras...

Mulher: Exactamente, provavelmente ver televisão, estar sentada no sofá e ver televisão sem pensar “*tenho aquilo para fazer ou tenho aquilo para fazer*”...³

Tal como temos vindo a afirmar, todos os domínios da Vida implicam temporalidades, e estas estão hoje bastante sujeitas a desenvolvimentos tecnocientíficos que mexem enormemente com a própria concepção de identidade individual e coletiva. Os processos naturais, tradicionalmente atribuídos a leis extra-humanas, estão sujeitos a regras cada vez mais disciplinadas pelo saber científico e pelo aparato tecnológico que actuam sobre a criação de novas formas de regulação social e política. Assim sendo, um dos temas emergentes de interesse particular para a Sociologia refere-se ao estudo das formas de intersecção entre a temporalidade psicológica, a biológica e a social, sendo descortináveis assuntos tão relevantes como identificar os mecanismos que definem a existência de ritmos biossociocorporais e as suas fontes de legitimação nas temporalidades de governo institucionais.

Em sequência, têm também surgido, com forte influência da escola durkheimiana, estudos de bastante interesse na área das temporalidades judiciais e temporalidades jurídicas que, na sua origem, retomam o debate da regulação social de comportamentos e da governação institucional de processos. Tal como frisa Ost (2000), o estudo das temporalidades judiciais e jurídicas tem passado, desde 1975, por incidir em diversos objetos, tais como a alienação, a relação do

³ Excerto de entrevista a uma mulher casada, com filhos. Extraído do projecto “tempo e tecnologia no espaço doméstico: uma abordagem de Género para o contexto português” (CICS/UM).

direito com a política, o direito do futuro, assim como a aplicação do direito internacional público. No interesse específico deste texto, é relevante notar a ideia proposta por Ost (2000, p.15), segundo a qual a aceleração de ritmos sociais e culturais nas sociedades modernas implica que o próprio direito, em mudança quotidiana constante, perca a capacidade “de instituir uma sociedade”, isto é, “de inscrever numa perspectiva temporal que faça sentido” (Ost, 2000, p.15).

A discussão sobre o sentido de direcção das sociedades e a sua relação com o fio da incerteza da história e o fio do risco e da incerteza da Natureza são eixos fundamentais da reflexão sobre a política de tempos, de onde se destaca o trabalho sobre o conceito de futuro e o labor sobre a suas possibilidades de governação, face ao desenvolvimento de áreas que revolucionaram completamente a forma de os humanos se relacionarem com as coisas e os processos. O que está em causa, na maior parte dos casos, é a discussão de uma ecologia de tempos, capaz de imbricar as transformações e as experiências diárias com as experiências e as crenças sobre o desenvolvimento do Universo, no seu todo. Os discursos e, particularmente, o seu carácter temporal, bem assim como a sua funcionalidade ideológica, são fundamentais nesta abordagem que destaca a política como sistema central do mundo moderno periclitante face à aceleração de que é alvo o espaço social e ambiental (Urry, 2002).

Conclusão

O objetivo deste texto consistiu em aclarar o conceito de política dos tempos, tendo como finalidade mostrar a sua multiplicidade, mas também a sua adequabilidade do ponto de vista das reais possibilidades de intervenção política e social. Habitúamo-nos a conceber o tempo como algo tomado como garantido. Este texto mostra-nos que esse mundo é fruto de padrões culturais e comportamentais que se acumularam e se justapuseram ao longo da história, por força de vários fenómenos (Pomian, 1993; Gell, 2000; Araújo, 2006). Entre estes, estão os paradigmas judaico-cristãos que suportam a tese da linearidade e do desenvolvimento progressivo. Referimos, ainda, o profundo enraizamento do modelo de organização social disciplinar e, diríamos, biopolítico, focado sobre estratégias de controlo do tempo e das temporalidades individuais e sociais, quase invisíveis, porque interiorizadas.

Procurámos mostrar que a política de tempos implica uma reflexão sobre estes modos interiorizados de responder a modelos de organização macroglobais, assim como estratégias de intervenção social especialmente orientadas para a redução das desigualdades sociais. Esta política de tempos é extensível a fenómenos

menos visíveis, mas reais, que se referem à relação dos sistemas sociais e econômicos com o mundo natural e com o ambiente, e trazendo o tempo, sobretudo enquanto modalidade temporal (passado, presente e futuro), para o centro do debate na filosofia da ciência, não fossem a Ciência e a Razão duas das principais forças propulsoras do tempo moderno.

Referências

- ADAM, Barbara. **Time and Social Theory**. Philadelphia, Temple University Press, 1990.
- ARAÚJO, Emilia Rodrigues. **O Doutorado**. A Odisseia de Uma Fase da Vida, Lisboa: Edições Colibri, 2006.
- BARTHE, Béatrice. Les 2x12h : Une Solution au Conflit de Temporalités du Travail Posté? **Temporalités**, v.10, 2009. Disponível em :<http://temporalites.revues.org/index1137.html>. Acesso em: 15 Março 2011
- BAUDRILLARD, Jean. **O paroxista Indiferente**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- BERGMANN, Werner. The Problem of Time in Sociology: An Overview of The Literature on State. **Time & Society**, vol. 1, p. 81 -134, 1992.
- BLOCH, Ernest. **L'Esprit de L'Utopie**. Paris: Gallimard, [1964] 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **Esquisses Algériennes**. Paris : Seuil, 2008.
- _____. **Le Sense Pratique**. Paris: Les Editions de Minuit, 1984.
- _____. La société Traditionnelle – Attitude à L'égard dut Temps et Conduite Économique. **Sociologie du Travail**, vol.1, p. 24-44, 1964.
- CASTREE, Noel. The Spatio-temporality of Capitalism. **Time & Society**, 18: p.26-61
- DUBAR, Claude. **La Crise des Identités**. L'interprétation d'une Mutation. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- _____. Régimes de Temporalités et Mutation des Temps Sociaux. **Temporalités**, nº1 , p. 100-119, 2004.
- _____. La Fin des Temps : Millénarisme Chrétien et Temporalités. **Temporalités**, nº 12, 2010. Disponível em : <http://temporalites.revues.org/index1422.html>. Acesso em: 13 Março 2011.
- DURKHEIM, Emile. **Les Formes Élémentaires de La Vie Religieuse**. Paris : Quadrige, 1994/1912.
- ELIAS, Norbert. **Du temps**. Lisboa: Difel, 1997.
- FERREIRA, Jonatas. Da Vida ao Tempo: Simmel e A Construção da Subjetividade no Mundo Moderno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.5, n.44, p.103-117, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 13ª Ed. Petópolis: Vozes, 1987.

- GELL, Alfred. Time and Anthropology. In: BAERT, Patrick (ed.) **Time in Contemporary Intellectual thought**. Amsterdam: Elsevier, p. 251 – 268, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **The constitution of Society**: Outline of The Theory of Structuration. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GURVITCH, Georg. **The spectrum of Social Time**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1989.
- HALL, Edward T. **A Dança da Vida**: A Outra Dimensão do Tempo. Santa Maria da Feira: Relógio D'Água Editores, 1983.
- HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**. Oxford: Blackwell, 1989.
- HASSAN, Robert. **Empires of Speed**: Time and the Acceleration of Politics and Society. Leiden: Brill, 2009.
- HASSARD, John. Un paradigme Qualitative du Temps de Travail. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, nº 119 , p. 97-110, 1989.
- HUBERT, Henri; MAUSS, Marcel. Étude sommaire de la representation du temps dans la religion et la magie. In : _____ ; _____. **Mélanges d'Histoire des Religions**. Paris: Félix Alcan, p. 189-229, 1929.
- LALLEMENT, Michel ; RAMOS, Jean-Marc. Réinventer le Temps. **Temporalités**, nº 12, 2010. Disponível em : <http://temporalites.revues.org/index1315.html>. Acesso em: 13 Março 2011.
- _____. Le Temps Comme Institution. In: ARAÚJO, Emilia; DUARTE, Ana Maria (eds.). **Quando o Tempo Desaparece**: Tempo e Simultaneidade. Porto: Ecopy, p.48-81, 2007.
- LEBLEU, Bernard. La culture de l'urgence - Une Société Pauvre en Temps. In: **L'Encyclopédie de l' AGORA**, disponível em http://agora.qc.ca/reftext.nsf/Documents/Travail-La_Culture_de_Lurgence_par_Bernard_Lebleu, Acesso em 13 Maio 2008
- LEE, R. Weber. Re-enchantment and Social Futures. **Time & Society**, vol. 19, p.180 -195, 2010.
- LE GOFF, Jacques. Na Idade Média: tempo da Igreja e o tempo do mercador. In: **Por um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, p. 43-73, 1995.
- LOON, Van. Imminent Immanence: The Time-politics of Speed and The Management of Decline. **Time & Society**, 9(2/3), p. 347–353.
- LUHMANN, Niklas. The Future Cannot Begin. **Social Research**, nº 43, p. 130-152, 1976.
- MARX, Karl. **O capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1: O Processo de Produção Capitalista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971/1867.
- MARTINS, Hermínio. Time and Theory in Sociology. In: REX, John (ed.). **Approaches to Sociology**: An Introduction to Major Trends in British Sociology. London: Routledge and Kegan Paul, p. 246-294, 1974.
- _____. **Technology, Modernity, Politics**. The politics of Postmodernity. In: GOOD, Jim; VELODY, Irving (eds.). Cambridge: Cambridge University Press, p. 152-18, 1998.
- MASSEY, Diane. **Power-geometries and The Politics of Space-time**. Heidelberg: University of Heidelberg Press, 1999.
- _____. **For Space**. London: SAGE, 2005.
- MAY, Jon; THRIFT, Nigel. (eds.). **Timespace**. London: Routledge, 2001.

- MAUSS, Marcel. Sur les variations saisonnières des sociétés eskimos. Étude de morphologie sociale. In : _____. **Sociologie et anthropologie**. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 389- 477, 1985.
- NOWOTNY, Helga. Time and Social Theory: Towards a Social Theory of Time. **Time & Society**, vol. 1, p.421-54, 1992.
- _____. **Time in the Modern and Postmodern Experience**. Cambridge: Polity Press, 1996.
- OST, François. **Le Temps du Droit**. Paris: Odile Jacob, 1999.
- PINTO, José Manuel Sousa. **O Tempo e a Aprendizagem**. Lisboa: Edições Asa, 2001.
- POMIAN, Krzysztof. Tempo/Temporalidade. **Enciclopédia Einaudi**, 29, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- ROSA, Harmut; SCHEUERMAN, William E. (eds.). **High-Speed Society: Social Acceleration, Power and Modernity**. Philadelphia: Penn State University Press, 2009.
- ROUX, Xavier. Temporalités Marchandes et Rapport à L'avenir dans Les Interactions Bancaires . **Temporalités**, v.10, 2009. Disponível em : [http:// temporalites.revues.org/index1101.html](http://temporalites.revues.org/index1101.html). Acesso em : 15 Março 2011
- SCHWARTZ, Barry. Waiting, Exchange and Power: The Distribution of Time in Social Systems. **American Journal of Sociology**, vol.79, p.841-70, 1979
- SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SIMMEL, Georg. **The Philosophy of Money**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- THOEMMES, Jean. Les temporalités sociales : Mise en Marché et Conflits, **Temporalités**, v.10, 2009. Disponível em : <http://temporalites.revues.org/index1094.html>. Acesso em 15 Março 2011.
- THOMPSON, Edward Palmer. Time, Work-discipline and Industrial Capitalism, **Past & Present**, 38, p. 56–97, 1967
- URRY, John. Sociologia do Tempo e do Espaço. In: TURNER, Bryan S. (org). **Teoria Social**. Lisboa: Difel, p. 377-403, 2002.
- USANOS, David. **Postmodernidad y Experiencia Temporal: Fredric Jameson**. Universidad Autónoma de Madrid, 2009 (Texto policopiado). Acessível em: http://www.fes-web.org/archivos/congresos/congreso_10/grupos-trabajo/ponencias/568.pdf
- WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. Madrid: Economica, 1992.

Resumo

O presente artigo debruça-se sobre a expressão “política de tempos”. Com base numa abordagem teórica que percorre os autores com maior relevo na área da sociologia do tempo, a autora mostra a pertinência do tempo enquanto objecto de estudo da sociologia e como foco da acção social e política. Para isso, a autora apresenta algumas das dimensões fundamentais do tempo e da temporalidade.

Palavras-Chave: tempo, temporalidade e política de tempos

Abstract

This text seeks to explain the meaning of the expression “Time politics”. The author follows through the main authors dealing with the concepts of time and temporality in Social Theory, pointing out their relevance both as an object of study and as a phenomenon demanding political intervention.

Keywords: time, temporality and time politics